

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

**Processo n.º:** 35.160/2016-e**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**Assunto:** Licitação

**Ementa:** Pregão Eletrônico n.º 199/2016, por Sistema de Registro de Preços, deflagrado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manipulação e fornecimento de nutrição parenteral total manipulada e complementar. Licitação suspensa. Decisão n.º 2.843/2019: considerou satisfatórias as informações encaminhadas em relação à Decisão n.º 5.612/2018, cuja aferição será realizada após a efetiva republicação do edital contendo as alterações informadas pela SES/DF; e autorizou a SES/DF a dar continuidade ao certame. Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., apontando possíveis irregularidades na condução do certame em voga. Decisão n.º 4.228/2019: conhecimento da Representação; concessão da medida cautelar requerida, determinando-se à SES/DF que se abstenha de praticar quaisquer atos subsequentes no âmbito do certame, até ulterior deliberação desta Corte de Contas; e abriu prazo para que a SES/DF, o pregoeiro responsável pelo certame e as empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e Nutra - Nutrição Avançada Ltda. manifestem-se acerca dos fatos representados. Manifestação dos envolvidos. Decisão n.º 868/2020: improcedência, no mérito, da Representação ofertada pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda.; e autorização para continuidade do certame. Oposição de embargos de declaração em face da Decisão n.º 868/2020. Decisão n.º 1.097/2020: conhecimento dos embargos de declaração opostos pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., em face da Decisão n.º 868/2020, para, no mérito, negar-lhes provimento. Pedido de Reexame interposto pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., em face da Decisão n.º 868/2020. **Nesta fase:** exame de admissibilidade. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda., deixando de conferir efeito suspensivo à Decisão n.º 868/2020, para evitar a repristinação de medida cautelar já revogada; conceder, em atenção ao art. 283 do RI/TCDF, o prazo de 15 (quinze) dias à SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do certame, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda. para apresentação de contrarrazões recursais; dar ciência da decisão que vier a ser prolatada à recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; e autorizar (a) o envio de cópia do Pedido de Reexame, do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida aos interessados, como forma de viabilizar o atendimento da referida diligência, e (b) o retorno dos autos ao Nurec/TCDF, para análise de mérito do recurso e adoção das demais providências cabíveis. VOTO convergente com a instrução, por fundamento diverso, com ajuste redacional.

**Fundamento legal para não inclusão em pauta:** art. 116, § 5º, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

## RELATÓRIO

Tratam os autos do Pregão Eletrônico n.º 199/2016, mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, deflagrado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manipulação e fornecimento de nutrição parenteral total manipulada e complementar (e-DOC 41B418CF-e).

Após algumas deliberações plenárias, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 2.843/2019** (e-DOC A75EF9DC-e), de 22.08.2019, com o seguinte teor:

*“O Tribunal, por maioria<sup>1</sup>, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Ofícios SEI – GDF n.ºs 3098/2018, 3127/2018, 236/2019 e 1067/2019 – SES/GAB e anexos, bem como dos demais documentos juntados à aba associados; II – considerar: a) satisfatórias as informações encaminhadas em relação à Decisão n.º 5.612/2018, cuja aferição será realizada após a efetiva republicação do edital contendo as alterações informadas pela SES/DF; b) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca; III – autorizar: a) a **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a proceder a continuidade do certame, enviando a esta Corte cópia das providências adotadas;** b) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e ao Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca; c) o retorno dos autos à Área Técnica para fins de arquivamento, após verificação do cumprimento integral da Decisão n.º 5.612/2018. Vencido o Conselheiro PAULO TADEU, que votou pelo acolhimento da Informação n.º 164/2019 - DIFLI e do Parecer n.º 444/2019 - GP1P, do Ministério Público junto à Corte, e aplicação de multa mínima ao responsável. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.” (grifos nossos)*

No dia 19.11.2019, a empresa Nutromni - Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda. protocolou **Representação**, com pedido de medida cautelar, apontando possíveis irregularidades<sup>2</sup> na condução do referido certame (e-DOC 07A93585-c e aditamento de e-DOC 5B034F62-c).

Este Tribunal de Contas, então, por meio da **Decisão n.º 4.228/2019** (e-DOC 42CDC0F8-e), de 03.12.2019, assim deliberou:

*“O Tribunal, por unanimidade<sup>3</sup>, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. **conhecer da Representação formulada pela empresa NUTROMI - Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., inscrita no CNPJ n.º 23.639.953/0001-08** (e-doc.: 07A93585-c, Peça 145) e do respectivo adendo (edoc.: 5B034F62-c, Peça 146), apontando possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico por SRP*

<sup>1</sup> Presidiu a sessão durante o julgamento do processo o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes a Sra. Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro PAIVA MARTINS.

<sup>2</sup> Em suma, a Representante aduz (i) que a empresa habilitada para o Lote 01 (Centro Oeste Comércio e Serviços Eireli) subcontratará todo o serviço para o qual será contratada, em desrespeito o item 12.31 do Edital, pois é uma empresa distribuidora de produtos de saúde, e que o serviço de manipulação da nutrição parenteral será executado pela empresa Tecnomed; e (ii) que, conquanto tenha ofertado o melhor preço para todos os lotes da licitação, foi inabilitada para os lotes 01, 02 e 03, sob a alegação de que não comprovou o patrimônio mínimo de 10% sobre o valor total dos itens que concorreu.

<sup>3</sup> Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausentes os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e MÁRCIO MICHEL.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

nº 199/2016, realizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; II. **deferir a medida cautelar pleiteada para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF se abstenha de praticar quaisquer atos subsequentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 199/2016 até ulterior deliberação desta Corte acerca do mérito da representação ora conhecida**; III. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e ao Pregoeiro que, com fulcro no art. 230, § 7º, apresentem, no prazo de 05 dias, esclarecimentos quanto ao teor da Representação indicada no item I; IV. **conceder prazo de 05 dias às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e Nutra - Nutrição Avançada Ltda. para que, caso queiram, apresentem as considerações que entenderem pertinentes em relação aos fatos narrados na Representação**; V. autorizar: a) o envio de cópia da referida Representação, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, ao Pregoeiro responsável pela condução do certame e às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e Nutra – Nutrição Avançada Ltda.; b) a ciência desta decisão à Representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para os devidos fins.” (grifos nossos)

No dia 13.12.2019, o i. Relator do feito àquela época, Conselheiro Manoel de Andrade, em resposta ao expediente protocolizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de e-DOC 06FEE1B3-c, prolatou o **Despacho Singular nº 302/2019 – GCMA** (e-DOC 94BE0CAD-e), com fulcro no art. 277, § 7º<sup>4</sup>, do RI/TCDF, de seguinte teor:

- I – com fundamento no § 7º do art. 277 do RI/TCDF, tomar conhecimento do expediente apresentado pela Secretaria de Saúde (Peça nº 165, e-DOC 06FEE1B3-c) como requerimento para revisão da cautelar concedida pela Decisão nº 4228/19;
- II – **afastar a medida cautelar concedida pelo item II da Decisão nº 4228/19 em relação aos lotes 02 e 04 do Pregão Eletrônico nº 199/2016, devendo a Secretaria de Saúde, contudo, se abster de praticar quaisquer atos subsequentes no tocante ao lote 01 do referido certame até ulterior deliberação desta Corte acerca do mérito da representação conhecida pelo item I da mesma decisão**;
- III – dar conhecimento deste despacho à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, e às empresas CENTRO OESTE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI, NUTRA - NUTRIÇÃO AVANÇADA LTDA e NUTROMNI - SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL LTDA.;

<sup>4</sup> “Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.  
(...)”

**§ 7º A medida cautelar de que trata este artigo pode ser revista, a qualquer tempo e por quem a tiver adotado, de ofício ou mediante requerimento das partes.”** (negritei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

*IV – retornar o feito à Unidade Técnica para os devidos fins.”  
(destaques acrescidos)*

Na Sessão Ordinária n.º 5.203, de 08.04.2020, tendo por base os esclarecimentos prestados pelos envolvidos chamados ao feito com fulcro na Decisão n.º 4.228/2019, foi exarada a **Decisão n.º 868/2020** (e-DOC 39038055-e), transcrita a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade<sup>5</sup>, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos Ofícios n.ºs 3.957/2019 (peça 141) e 4.043/2019 (peça 142), enviados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF em cumprimento à Decisão n.º 2.843/2019 (peça 130); b) do Ofício SEI-GDF n.º 4423/2019-SES/GAB (Peça n.º 176) encaminhado pela SES/DF, em cumprimento à Decisão n.º 4.228/2019; c) dos documentos objetos da peça n.º 188, enviado pela empresa NUTRA – Nutrição Avançada Ltda. em atendimento à faculdade concedida pela Decisão n.º 4.423/2019; d) dos documentos objetos das peças de n.ºs 177, 187, 189, 190 e 191, encaminhados pela empresa Centro Oeste Comércio e Serviços Eireli, em atendimento à faculdade concedida pela Decisão n.º 4.423/2019; e) das demais peças juntadas aos autos; II – **considerar**: a) cumpridas as diligências emanadas por meio da Decisão n.º 2.843/2019 (peça 130) e de n.º 4.423/2019; b) **improcedentes, no mérito, as alegações contidas na Representação ofertada pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda.**; III – **autorizar**: a) **a continuidade do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços n.º 199/2016 – SES/DF**; b) o envio do relatório/voto do Relator, da Informação n.º 15/2020 - DIFLI (peça 193), do Parecer Ministerial n.º 62/2020-GP1P (peça 196) e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, e às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eireli, NUTRA - Nutrição Avançada Ltda. e NUTROMNI – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda.; c) o retorno dos autos à SESPE para fim de arquivamento, sem prejuízo de futura averiguação. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.” (destaquei)*

No dia 09.04.2020, a empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda. opôs embargos de declaração (e-DOC 410AE30C-c), em face da Decisão n.º 868/2020. Por meio da **Decisão n.º 1.097/2020** (e-DOC 5344C61A-e), de 15.04.2020, o Tribunal deliberou da seguinte forma:

*“O Tribunal, por unanimidade<sup>6</sup>, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **conhecer dos embargos de declaração** (peça 239) opostos pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., em face da Decisão n.º 868/20120 **para, no mérito, negar-lhes provimento**; II – dar ciência desta decisão ao embargante; III – autorizar o retorno dos autos à Unidade Técnica, para os devidos fins. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.” (negritei)*

<sup>5</sup> Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiros PAIVA MARTINS.

<sup>6</sup> Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

Inconformada, a empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda. interpôs, em 27.05.2020, **Pedido de Reexame** (e-DOC 2E508BE9-c), em face da Decisão n.º 868/2020.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA**

O Diretor do Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF, mediante a Informação n.º 116/2020 – NUREC (e-DOC BBA18FEF-e), examinou a admissibilidade do Pedido de Reexame interposto pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda. em face dos itens “II-b” e “III-a” da Decisão n.º 868/2020, conforme tabela a seguir:

<b>2. EXAME PRELIMINAR</b>	<b>S / N / N/A</b>
<b>2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA:</b> O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
<b>2.2. TEMPESTIVIDADE:</b> 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica do TCDF (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? <b>Data do comparecimento espontâneo aos autos, demonstrando a ciência da Decisão nº 868/2020:</b> 9/4/2020 (peça nº 234) <b>Data de interposição dos Embargos de Declaração<sup>2</sup>:</b> 9/4/2020 (peça nº 239) <b>Data da ciência da Decisão nº 1097/2020, que rejeitou os Embargos de Declaração:</b> 29/4/2020 (peça nº 245) <b>Data da interposição do Pedido de Reexame:</b> 27/5/2020 (peça nº 250)	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
<b>2.3. LEGITIMIDADE:</b> 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador legalmente constituído?	SIM
<b>2.4. INTERESSE:</b> A decisão recorrida causa prejuízo ao recorrente?	SIM
<b>2.5. ADEQUAÇÃO:</b> 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (arts. 47 da LO/TCDF c/c art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (audiência, diligência ou inspeção)?	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatar os presentes recursos?	NÃO SE APLICA
2.5.4. Trata-se de recurso contra decisão de natureza cautelar?	NÃO
<b>2.6. EFEITO:</b> 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF? <b>Ver comentários no item – “Conclusão descritiva”.</b>	SIM
2.6.2. Os recursos agravam a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	SIM

<sup>2</sup> Art. 287, §3º do RI/TCDF. “Os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos demais recursos previstos neste Regimento, aplicando-se, entretanto, o disposto no § 2º do art. 279 deste Regimento”. (Destacamos).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

Ao final da instrução, foram lançadas as seguintes conclusões acerca da matéria:

*“A Nutromni - Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda. protocolou Pedido de Reexame, insurgindo-se contra os itens II, “b”, e III, “a”, da Decisão nº 868/2020, por meio dos quais esta Corte de Contas, considerou, no mérito, improcedente sua representação, bem como autorizou a continuidade do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº 199/2016 – SES/DF.*

*Quanto aos requisitos de admissibilidade, percebe-se que o recurso é adequado, foi interposto por parte legítima, com claro interesse recursal, respeitando-se, ainda, a unirrecorribilidade (preclusão consumativa).*

*Quanto à tempestividade, verifica-se que foram opostos embargos de declaração entre a data de ciência da deliberação atacada e a data de interposição do presente recurso, o que, a teor do § 2º do art. 35 da LO/TCDF c/c § 3º do art. 287 do RI/TCDF, suspendeu a contagem do prazo recursal. Sendo assim, constata-se a tempestividade do recurso.*

*Dessa feita, sugere-se o conhecimento do Pedido de Reexame interposto contra a Decisão nº 868/2020.*

*No que tange à concessão de efeito suspensivo, verifica-se que, conquanto não haja óbices para que se atribua tal efeito ao item II, “b”, do referido Decisum, referida medida não apresentaria efeitos práticos relevantes, uma vez que eventual revisão quanto ao mérito da representação somente é possível após o julgamento definitivo do recurso.*

*Quanto ao item III, “a”, salienta-se que a atribuição de efeito suspensivo resultaria em reprimenda de medida cautelar, o que, em geral, é evitado pelo e. Plenário. Não há óbices, todavia, para que o em. Relator Recursal delibere no sentido de conceder nova cautelar, o que, não obstante, em nada se relaciona com a atribuição do efeito suspensivo.*

*Por essa razão, sugere-se que se deixe de atribuir efeito suspensivo aos itens II, “b”, e III, “a”, da Decisão nº 868/2020.*

*Em tempo, registra-se a necessidade de envio de cópia do Pedido de Reexame, do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do certame, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda. para possibilitar eventual apresentação de contrarrazões recursais, a teor do que prevê o art. 283 do RI/TCDF.”*

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário:

*“I. tomar conhecimento:*

*a) da Informação nº 116/2020 – NUREC;*

*b) do Pedido de Reexame interposto pela Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda., deixando de conferir efeito suspensivo à Decisão nº 868/2020, para evitar a reprimenda de medida cautelar já revogada;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

- II. conceder, em atenção ao art. 283 do RI/TCDF, o prazo de 15 (quinze) dias à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do certame, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda. para apresentação de contrarrazões recursais;*
- III. autorizar:*
- a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada à recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito;*
  - b) o envio de cópia do Pedido de Reexame, do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do certame, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda, como forma de viabilizar o atendimento ao item II, supra;*
  - c) o retorno dos autos ao NUREC, para análise de mérito do recurso e para adoção das demais providências cabíveis.”*
- É o relatório.**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

**VOTO**

A presente fase processual trata do **exame de admissibilidade do Pedido de Reexame** interposto pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda., em face da Decisão n.º 868/2020.

Lembro que, por meio da deliberação recorrida, na parte que afeta a recorrente, esta Corte de Contas considerou *“improcedentes, no mérito, as alegações contidas na Representação ofertada pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parenteral e Enteral Ltda.”* (item “II-b”), bem como autorizou *“a continuidade do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços n.º 199/2016 – SES/DF”* (item “III-a”).

Nesta oportunidade, o Nurec/TCDF propõe ao Tribunal: tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda., deixando de conferir efeito suspensivo à Decisão n.º 868/2020, para evitar a repristinação de medida cautelar já revogada; conceder, em atenção ao art. 283 do RI/TCDF, o prazo de 15 (quinze) dias à SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do certame, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda. para apresentação de contrarrazões recursais; dar ciência da decisão que vier a ser prolatada à recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; e autorizar (a) o envio de cópia do Pedido de Reexame, do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida aos interessados, como forma de viabilizar o atendimento da referida diligência, e (b) o retorno dos autos ao Nurec/TCDF, para análise de mérito do recurso e adoção das demais providências cabíveis.

Ao compulsar os autos, tenho que o encaminhamento proposto pela área instrutiva – no sentido de conhecer do pedido de reexame, desprovido de efeito suspensivo – merece acolhida pelo Plenário desta Casa, com ajuste redacional, por fundamento diverso.

Quanto à **admissibilidade** da peça recursal, destaco que a peça recursal é tempestiva, a interessada é parte legítima para ingressar com recurso e o tipo cabível para impugnação da matéria em questão (fiscalização de atos e contratos) é o Pedido de Reexame, nos termos do *“caput”* do art. 47 da LC n.º 01/1994.

Nesse sentido, em harmonia com a área instrutiva, cabe tomar conhecimento do e-DOC 2E508BE9-c como Pedido de Reexame.

Quanto à concessão de eventual **efeito suspensivo** à Decisão n.º 868/2020, buscando enriquecer o debate, peço vênias para transcrever as considerações por mim lançadas no Processo n.º 30.341/2015-e<sup>7</sup> mediante o e-DOC 804E9929-e, que fundamentou a prolação da Decisão n.º 3.655/2016<sup>8</sup>:

<sup>7</sup> Representação da empresa Global Segurança Ltda., questionando a falta de cumprimento, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, da Cláusula Sétima do Contrato nº 99/09, cujo objeto foi a prestação de serviços de vigilância armada e supervisão motorizada, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nas unidades daquela Pasta.

<sup>8</sup> “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – **tomar conhecimento: a) do recurso interposto pela empresa Global Segurança Ltda. (e-DOC F58EA9D5-c) como Pedido de Reexame, com base no princípio da fungibilidade recursal, contra os termos da Decisão n.º 1.764/2016, na forma do art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c os art. 188, inciso II, alínea “a”, e 189 do Regimento Interno do TCDF, desprovido de efeito suspensivo, sob pena de rediscutir medida cautelar afastada pela Corte de Contas cujos pressupostos para concessão de liminar permanecem ausentes, uma vez que os argumentos que fundamentaram a Decisão n.º 1.764/2016 restam inalterados;** b) da Informação n.º 094/2016 – SEACOMP (e-DOC A6344A54-e); II – dar ciência





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

*“Em que pese a Lei Orgânica desta Corte de Contas, no “caput” do art. 47, estabelecer que os recursos admitidos como Pedido de Reexame terão “efeito suspensivo”, considero necessário tecer algumas considerações acerca da **incidência ou não** de efeito suspensivo em peças recursais.*

*Considerando a relevância da matéria, transcrevo parcialmente o Voto de Desempate que proferi no âmbito do Processo n.º 30.038/2012:*

*“Esclareço que o Processo n.º 1.293/03 foi autuado especificamente para tratar dos ‘efeitos suspensivos de recursos interpostos em face de decisão de natureza cautelar adotada por esta Corte’.*

*Buscando enriquecer o debate, trago à baila excerto do Voto que fundamentou a prolação da supracitada deliberação normativa:*

*‘Tanto a Lei Complementar nº 01/94, como o Regimento Interno do TCDF, disciplinaram os diversos recursos que podem ser manejados em relação as decisões ordinariamente prolatadas pela Corte, quais sejam: recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração e revisão.*

*Os recursos de reconsideração, pedido de reexame e embargos de declaração, quando conhecidos, suspendem a decisão com relação a qual foram manejados, já, o recurso de revisão, não possui efeito suspensivo, apenas devolvendo a matéria à apreciação do plenário.*

*Todavia, **quanto as decisões liminares de natureza cautelar**, previstas no art. 44, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 01/94, e nos artigos 84, VIII, e 198 do Regimento Interno do TCDF, **não houve a previsão de nenhum recurso específico para provocar a sua reapreciação pelo Tribunal, portanto, estamos diante de uma situação não disciplinada em lei (lacuna).***

*Ocorre que, entre os princípios orientadores do direito processual administrativo, encontram-se o da ampla defesa, o do contraditório e o da recorribilidade das decisões (possibilidade de provocar o reexame da decisão).*

*Além do mais, o juiz não pode deixar de decidir a causa em razão da ausência de norma específica que regule o caso concreto.*

*(...)*

*Com esteio nas considerações que venho de expor, forçoso se torna reconhecer que:*

*a) a Lei Complementar nº 01/94 e o Regimento Interno do TCDF não disciplinam recursos específicos em relação às medidas liminares de natureza cautelar;*

---

*desta decisão à recorrente e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, conforme estabelece o § 2º do artigo 4º da Resolução n.º 183/2007, com o alerta que ainda pendente de análise o mérito do referido recurso; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para os devidos fins.”*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

b) o direito processual administrativo tem como princípio basilar a possibilidade de reexame da matéria devida (princípio da recorribilidade das decisões);

c) as medidas liminares de natureza cautelar, no processo civil, tem a natureza jurídica de decisão interlocutória, em relação à qual cabe recurso de agravo de instrumento, que, via de regra, não suspende os efeitos da decisão atacada;

d) as decisões liminares previstas no art. 44, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 01/94, e nos artigos 84, VIII, e 198 do Regimento Interno do TCDF, caracterizam-se por sua instrumentalidade, objetivando afastar o perigo de lesão de difícil ou impossível reparação, para que o julgamento do mérito não perca o seu sentido e a sua utilidade;

e) as medidas liminares de natureza cautelar expedidas pelo Tribunal, não tem o escopo, conforme já afirmei, de antecipar a decisão meritória, mas sim de criar condições para que essa decisão produza efeito quando for prolatada;

Outro fator que deve ser levado em consideração em relação aos Estudos Especiais que estamos produzindo, é que no processo civil, geralmente, os direitos são disponíveis, e, no direito processual administrativo, são indisponíveis, uma vez que o titular, via de regra, é toda a sociedade.

Se no processo civil o recurso manejado contra as medidas liminares de natureza cautelar possui apenas o efeito devolutivo, muito mais razão existe para que no direito processual administrativo ele também só produza esse efeito com relação à decisão atacada, uma vez que o direito ou situação que se procura preservar é indisponível.

**A medida liminar acautelatória só deve ser expedida em situação excepcional,** quando restar configurado fundado receio de que quando da prolação da decisão definitiva já possa ter ocorrido dano de difícil ou impossível reparação ao patrimônio público. Assim, **atribuir efeito suspensivo ao recurso manejado em relação à essa medida, seria ferir de morte a lógica de sua existência e suprimir por completo a sua finalidade.**

Não estou com isso querendo afirmar que **a medida [cautelar]** não possa ser revogada. Muito pelo contrário, afirmo que ela **pode ser revogada a qualquer tempo, desde que não mais estejam presentes os pressupostos que autorizaram a sua decretação,** cuja maior finalidade é a proteção do patrimônio público.' (grifou-se)

Como bem apontou o Relator do Processo nº 1.293/03, Conselheiro Renato Rainha, até a edição da Decisão nº 1.347/04 havia a seguinte lacuna nos normativos que regem esta Casa: ausência de regulamento que definisse o tratamento a ser dado pelo TCDF quando da interposição de recursos em face de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

decisões liminares de natureza cautelar, com esteio nos princípios do contraditório, da ampla defesa e da recorribilidade das decisões.

Com a prolação da Decisão nº 1.374/04, a referida matéria passou a ser regida nos termos então deliberados pelo Tribunal.

Em razão disso, o Plenário adotou o referido 'decisum' em **caráter normativo**, bem como determinou, naquela mesma oportunidade, a inclusão daquela questão nos autos que cuidam da atualização da Lei Complementar nº 01/94 (Lei Orgânica do TCDF), a fim de adequá-la ao entendimento firmado pelo Plenário.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, passo a tecer algumas considerações acerca da matéria ora em exame.

Conforme exposto anteriormente, entendo que a interposição de recurso que ataque determinação desta Corte de Contas de **natureza cautelar** enseja o conhecimento do expediente como Recurso Inominado.

**Porém, o afastamento (ou a incidência) de efeito suspensivo não é imediato, devendo decorrer de uma rediscussão da matéria no que diz respeito à existência (ou não) dos requisitos necessários para prolação (e manutenção) da referida liminar.**

Assim, deve-se reexaminar se os pressupostos (fumaça do bom direito e o perigo da demora) restavam presentes quando do deferimento da medida cautelar recorrida, bem como analisar se tais requisitos permanecem válidos para manutenção da liminar.

**Dessa forma, a meu sentir, o recurso inominado poderá ser admitido de duas formas: a primeira desprovida de efeito suspensivo, com a consequente manutenção de deliberação acautelatória proferida pelo Tribunal; a segunda seria provida de efeito suspensivo na medida em que as informações e esclarecimentos prestados pelos entes jurisdicionados evidenciassem, em sede de juízo de cognição sumária, que a medida liminar anteriormente concedida embasara-se em ausência de maiores elementos informativos para subsidiar a correta tomada de decisão pela Corte de Contas."** (grifei)

Prosseguindo na discussão da matéria, recorro que, no bojo do Processo n.º 18.104/2015, lancei a seguinte ponderação quanto ao efeito a ser atribuído à peça recursal (seja recurso inominado, seja pedido de reexame):

**"Dessa forma, a meu sentir, o recurso manejado em processo em que haja deliberação liminar desta Corte de Contas, quer seja mediante recurso inominado ou pedido de reexame, poderá ser admitido sob duas formas: a primeira desprovida de efeito suspensivo, com a consequente manutenção de deliberação acautelatória ou meritória proferida pelo Tribunal; a segunda provida de efeito suspensivo na medida em que as informações e elementos carreados ao feito evidenciassem, em sede de juízo de cognição sumária, que a concessão ou eventual afastamento de medida liminar anteriormente concedida embasara-se em ausência de maiores elementos informativos para subsidiar a correta tomada de decisão pela Corte de Contas."** (grifei)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

No caso em tela, **a deliberação plenária ora recorrida** (Decisão n.º 1.764/2016), por intermédio do seu item IV, **negou a medida cautelar** requerida na Representação formulada pela empresa Global Segurança Ltda., no sentido de que “a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, imediatamente, proceda ao reconhecimento da dívida e ao empenho dos créditos ora vindicados de modo a garantir o seu pronto pagamento à Representante, sob pena de aplicação de multa prevista no artigo 57, inciso II, da LC número 01/1994”.

Nesta oportunidade, portanto, apenas deverá ser conferido efeito suspensivo ao aludido Pedido de Reexame caso se entenda que os pressupostos necessários para concessão da medida cautelar constante da exordial (negada pelo Plenário na assentada anterior) encontram-se presentes simultaneamente. Reforço que, caso o recurso admitido seja provido de efeito suspensivo, a Decisão n.º 1.764/2016 deixará de surtir efeitos práticos, cabendo ao Plenário deliberar, novamente, sobre a multicitada liminar.

Vale lembrar, ainda, que, na primeira deliberação plenária proferida nestes autos (Decisão n.º 4.320/2015) não houve qualquer manifestação acerca da cautelar requerida na Representação, tendo o Plenário deixado para se pronunciar sobre o pedido liminar somente após manifestação da SE/DF.

Com as devidas vênias aos entendimentos contrários, considero que os argumentos lançados pela empresa Global Segurança Ltda. em sede recursal não se mostram suficientes a ponto de alterar o posicionamento por mim lançado na Sessão Ordinária n.º 4.855, mediante Declaração de Voto (e-DOC B0D193AE-e), nestes termos:

(...)

Nesse sentido, mantenho firme o meu entendimento acerca da matéria, no sentido de que **não resta configurado qualquer fundamento para concessão da medida liminar requerida na Representação.** Em razão disso, o item IV da Decisão n.º 1.764/2016 deve permanecer vigente, razão pela qual **o Pedido de Reexame deve ser desprovido de efeito suspensivo.**

Diante de todo o exposto, pugno pelo desprovidimento do efeito suspensivo ao Pedido de Reexame em comento, sob pena de rediscutir medida cautelar afastada pela Corte de Contas cujos pressupostos para concessão de liminar permanecem ausentes, uma vez que os argumentos que fundamentaram a Decisão n.º 1.764/2016 *restam inalterados.*” (grifos do original)

Ainda que, logo após a prolação do voto de e-DOC 804E9929-e transcrito acima, o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF tenha sido atualizado por meio da Resolução n.º 296, de 15 de setembro de 2016, passando a prever a modalidade recursal denominada “recurso *inominado*”, nos termos dos arts. 277, § 8º, e 278, § 2º, do RI/TCDF, todas as considerações acima transcritas no tocante à concessão (ou não) de efeito suspensivo, quando do conhecimento de pedido de reexame, permanecem válidas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

Reforço, portanto, que apenas deverá ser conferido efeito suspensivo a Pedido de Reexame que rediscuta medida cautelar **afastada** pela Corte de Contas no caso de os pressupostos para a concessão de liminar (plausibilidade jurídica e perigo da demora) encontrarem-se presentes simultaneamente. Por outro lado, basta que somente um dos requisitos necessários para prolação de medida cautelar não reste configurado para que o pedido de reexame seja admitido desprovido de efeito suspensivo, em caráter excepcional.

Em razão disso, discordo da fundamentação apontada pelo Nurec/TCDF para deixar de conferir efeito suspensivo ao pedido de reexame apresentado pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda., a saber: “evitar a repristinação de medida cautelar já revogada” (sublinhei). Observo, inclusive, que a área instrutiva salientou que

*“(...) a atribuição de efeito suspensivo resultaria em repristinação de medida cautelar, o que, em geral, é evitado pelo e. Plenário. Não há óbices, todavia, para que o em. Relator Recursal delibere no sentido de conceder nova cautelar, o que, não obstante, em nada se relaciona com a atribuição do efeito suspensivo.” (destaquei).*

No caso em comento, entendo, por fundamento diverso do órgão instrutivo, que descabe a aplicação do efeito suspensivo em relação à Decisão n.º 868/2020, sob pena de repristinar medida cautelar afastada pela Corte de Contas cujos **pressupostos** para concessão de liminar **restam ausentes simultaneamente** nesta assentada.

Em juízo perfunctório, considero que o voto de e-DOC 0AFB5DB5-e, de lavra do i. Conselheiro Márcio Michel, que fundamentou a prolação, por unanimidade, da Decisão n.º 868/2020, afasta eventual plausibilidade jurídica necessária para a concessão de efeito suspensivo ao aludido pedido de reexame.

Destaco, inclusive, que as supostas irregularidades apontadas pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda. em sua representação (a empresa habilitada<sup>9</sup> para o Lote 01 subcontratará todo o serviço para o qual será contratada, em desrespeito o item 12.31 do Edital; e, conquanto tenha ofertado o melhor preço para todos os lotes da licitação, foi inabilitada para os lotes 01, 02 e 03, sob a alegação de que não comprovou o patrimônio mínimo de 10% sobre o valor total dos itens que concorreu) foram individualmente analisadas e refutadas pela área instrutiva, por meio da Informação n.º 15/2020 - DIFLI (e-DOC 17B1F855-e), e pelo Parquet especial, mediante o Parecer n.º 62/2020–G1P (e-DOC DAD9CF21-e).

Assim, diante da ausência de plausibilidade jurídica para concessão de medida cautelar, cabe conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda. **desprovido** de efeito suspensivo.

Ademais, apenas para reforçar meu posicionamento quanto à possibilidade de o pedido de reexame ser conhecido sem efeito suspensivo, destaco que, na última sessão ordinária, realizada em 27.05.2020, esta Corte de Contas, quando do julgamento do Processo n.º 26.530/2008-e<sup>10</sup>, exarou, pelo voto de

<sup>9</sup> Centro Oeste Comércio e Serviços Eireli.

<sup>10</sup> Acompanhamento da obra da Torre de TV Digital de Brasília, desde a fase de licitação até a execução do Contrato nº 97/2009-SO, firmado entre a então Secretaria de Obras do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, e o Consórcio Mendes Júnior/Atrium.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 35160/16e

desempate<sup>11</sup> da i. Presidente, Conselheira Anilcéia Machado, a **Decisão n.º 1.795/2020**, transcrita a seguir:

*“I – **conhecer**: a) da Informação nº 112/2020 – NUREC; b) **do pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto à Corte - MPJTCDF, sem, contudo, conferir efeito suspensivo ao item III, “b”, da Decisão nº 1125/2020**; II – conceder o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal e o Consórcio Mendes Júnior/Atrium apresentem, caso entendam necessário, contrarrazões recursais, a teor do que prevê o art. 283 do RI/TCDF; III – autorizar: a) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator ao MPJTCDF, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; b) o envio de cópia do pedido de reexame conhecido à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal e ao Consórcio Mendes Júnior/Atrium, a fim de subsidiar o cumprimento da diligência contida no item II, supra; c) o retorno dos autos ao NUREC, para análise de mérito da peça recursal e adoção das demais providências cabíveis.” (negritei)*

Ante o exposto, em harmonia com a área instrutiva, por fundamento diverso, com o ajuste redacional que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

a) do Pedido de Reexame interposto pela empresa Nutromni – Serviços de Nutrição Parental e Enteral Ltda. (e-DOC 2E508BE9-c), em face da Decisão n.º 868/2020, desprovido de efeito suspensivo, em caráter excepcional, sob pena de repriminir medida cautelar afastada pela Corte de Contas cujos pressupostos para concessão de liminar restam ausentes simultaneamente nesta assentada;

b) da Informação n.º 116/2020 – NUREC (e-DOC BBA18FEF-e);

II. conceda, em atenção ao art. 283 do RI/TCDF, o prazo de 15 (quinze) dias à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, à pregoeira responsável pela condução do Pregão Eletrônico n.º 199/2016, bem como às empresas Centro Oeste Comércio e Serviços Eirelli e NUTRA - Nutrição Avançada Ltda., para que apresentem contrarrazões recursais;

III. dê ciência da decisão que vier a ser prolatada à recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito;

IV. autorize:

a) o envio de cópia do Pedido de Reexame, deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida a todos os envolvidos

<sup>11</sup> Houve empate na votação quanto ao efeito a ser dado ao recurso interposto pelo Ministério Público junto à Corte em face da Decisão 1125/2020. Os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO e MÁRCIO MICHEL acompanharam o voto do Relator, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, negando efeito suspensivo ao recurso. O Conselheiro RENATO RAINHA, tendo por fundamento a Informação nº 112/2020 – NUREC, votou pela fixação do efeito suspensivo ao recurso, no que foi seguido pelos Conselheiros PAULO TADEU e PAIVA MARTINS.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 35160/16e

indicados no item II anterior, a fim de viabilizar o atendimento da diligência em comento;

- b) o retorno dos autos ao Nurec/TCDF, para análise de mérito do recurso e adoção das demais providências cabíveis.

Secretaria das Sessões, 03 de junho de 2020

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator